

Educação inclusiva: das percepções de profissionais da educação a um curso de formação continuada

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.2.9736>

Ana Paula Ferreira de Lima¹, Gilvan Silva Caldeiras², Gabriela Cândida Araújo Campos³,
Rita Rodrigues de Souza⁴

Resumo: No processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas, a prática pedagógica dos profissionais da educação oportuniza a esses discentes a aprendizagem, a interpretação, a reflexão, a organização e a reorganização de processos individuais de aprendizagem e de desenvolvimento. Este artigo aborda a formação continuada desses profissionais. A investigação tem como aporte teórico os estudos de Mantoan (2003, 2005) e Nóvoa (1992). E o objetivo geral consiste em analisar as percepções sobre educação inclusiva de profissionais que atuam na rede municipal de educação de Iporá-GO. Como objetivo específico, busca-se demonstrar a importância da formação continuada de qualidade para que esses profissionais possam melhorar a prática pedagógica deles, baseado nas fragilidades detectadas no ambiente escolar. O instrumento utilizado para levantamento de dados foi uma pesquisa bibliográfica sobre conceitos de formação continuada e educação inclusiva; pesquisa exploratória por meio de evocações livres de palavras, como forma de verificar o conhecimento prévio dos professores em relação ao conceito de educação inclusiva. Para a organização dos dados, utilizou-se o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Os dados foram analisados em duas etapas: 1) o grupo semântico apresentado em uma nuvem de palavras e 2) a frequência do *corpus* no grupo semântico apresentado em uma análise de similaridade. Os resultados subsidiaram a elaboração de um produto educacional: o Projeto do Curso de Capacitação em Educação Inclusiva e Prática Pedagógica.

Palavras-chaves: educação inclusiva, formação continuada, produto educacional.

Inclusive education: from the perceptions of education professionals to a continuing education course

Abstract: In the teaching and learning process of students with specific educational needs, the pedagogical practice of education professionals provides these students with the opportunity to learn, interpret, reflect, organize and reorganize individual learning and development processes. This article looks at the continuing education of these professionals. The research has as its theoretical basis the studies of Mantoan (2003, 2005) and Novea (1992). The general objective is to analyze the perceptions of professionals working in the municipal education network of Iporá-GO about inclusive education. The specific objective is to demonstrate the importance of quality continuing education so that these professionals can improve their pedagogical practice, based on the weaknesses detected in the school environment. The instrument used to collect the data was a bibliographical survey on the concepts of continuing education and inclusive education; exploratory research using free word evocations, as a way of verifying the teachers' prior knowledge of the concept of inclusive education. The IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) software was used to organize the data. The data was analyzed in two stages: 1) the semantic group presented in a word cloud and 2) the frequency of the corpus in the semantic group presented in a similarity analysis.

¹ Secretaria Municipal de Educação de Iporá Goiás <https://orcid.org/0009-0007-6942-8629>

² Instituto Federal de Goiás Câmpus Jataí

³ <https://orcid.org/0009-0007-1627-2309>

⁴ Instituto Federal de Goiás <https://orcid.org/0000-0002-0596-6985>

The results supported the development of an educational product: the Inclusive Education and Pedagogical Practice Training Course Project.

Keywords: inclusive education, continuing education, educational product.

Introdução

Este artigo objetiva apresentar a percepção de professores de atendimento educacional especializado (AEE), professores de apoio, profissionais de educação física, coordenadores pedagógicos e gestores da rede municipal de educação de Iporá-GO em relação à educação inclusiva. Todos esses profissionais, participantes da pesquisa, atuam diretamente no atendimento de estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE) dessa rede de educação. Outro objetivo deste artigo é demonstrar a importância da formação continuada para que esses profissionais possam melhorar a prática pedagógica deles. Também, visa compartilhar o produto educacional curso de formação continuada.

A educação básica, no Brasil, tem como princípio, primeiramente, a tomada de decisões locais e também o compromisso com o direito intransferível do povo a uma escola pública de qualidade, que garanta a todos o acesso necessário a um aprendizado significativo e contínuo. Nesse contexto, a educação é para alunos um direito social basilar e universal da educação infantil ao ensino médio (Brasil, 1996). Em atendimento a esse princípio, a gestão da Secretaria Municipal de Educação de Iporá-GO trabalha a formação continuada dos profissionais da educação em serviço.

As políticas de inclusão surgem como estratégias direcionadas à diminuição dos prejuízos ocasionados pela discriminação negativa⁵ no decorrer da história de pessoas com deficiência (PcD). A implementação das leis existentes nesse campo representa a conquista de grupos militantes pela causa. As ações desses grupos ganharam maior evidência a partir da década de 1990, no Brasil, após a implantação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), da Declaração Mundial sobre Educação para Todos⁶ e a Declaração de Salamanca⁷.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) aponta o enfrentamento de medidas concernentes às práticas excludentes, com a geração de escolhas capazes de suplantá-las. Na esteira dessa política e legislações vigentes sobre a inclusão, a rede municipal de educação de Iporá-GO trabalha práticas pedagógicas buscando à

⁵ A discriminação positiva representa mecanismo próprio da tutela do princípio da igualdade. Já a discriminação negativa refere-se à noção comum de discriminação, representada pela adoção de critérios desiguais em relação a sujeitos, supostamente, titulares dos mesmos direitos e obrigações. (Jusbrasil, 2024).

⁶ Realizada em Jomtien na Tailândia, entre os dias 5 a 9 de março de 1990.

⁷ Realizada em Salamanca na Espanha, entre os dias 7 e 10 de junho de 1994.

equidade de direitos de acessibilidade, não somente com as crianças com deficiência, mas com todas com NEE, tem um olhar inclusivo para a diversidade em sala de aula (Brasil, 2001; 2006).

Atualmente, Iporá-GO atende mais de 265 estudantes laudados, com um quadro de profissionais para o atendimento da educação inclusiva composto por 102 professores de apoio, 08 professores de AEE e 03 profissionais na sala de educação especial. Em específico, nesse município, a prática é embasada nos documentos que orientam as políticas nacionais de inclusão, cooperando efetivamente para a prática pedagógica dos professores em sala de aula. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e a Diretriz da Educação Especial do município de Iporá são os documentos fundantes da prática da educação inclusiva.

As ações pedagógicas são orientadas, também, por documentos elaborados pelas profissionais da sala de educação especial da Secretaria Municipal de Educação. O Manual de Normas Técnicas composto por: modelo de relatório de educação inclusiva; parecer descriptivo pedagógico; critérios para seleção de alunos com NEE; orientação de avaliações (internas e externas), relatório de solicitação de atendimento psicológico e fonoaudiológico.

Em Iporá-GO, a Diretriz Municipal de Educação Especial 2024-2028 tem amparado as práticas pedagógicas inclusivas nas unidades escolares, garantindo que realmente a educação inclusiva seja aplicada. Outro fator importante é o acompanhamento no cadastro do Censo Escolar é essencial para que a unidade escolar seja contemplada com recursos financeiros e garanta melhor acessibilidade e recursos.

Atualmente, a rede municipal de educação de Iporá-GO atende, na rede regular, um público expressivo de PcD. Os profissionais da educação precisam de formação continuada de modo sistemático. Contexto esse, em que existe uma luta ideológica que engloba os projetos de formação humana, consolidadas pelas teorias pedagógicas. Assim, foi proposto um curso cujo objetivo foi exatamente esse, formar professores, coordenações pedagógicas e gestores seguros de suas práticas profissionais inclusivas. Assim, o Curso de Capacitação em Educação Inclusiva abordou legislação, teoria e práticas pedagógicas em conformidade com as necessidades de cada unidade escolar.

Primeiramente, houve uma compreensão dos conhecimentos prévios dos participantes para a partir dela fosse extraído subsídio para a construção do curso, considerado um produto educacional passível à replicação e aprimoramento. A pergunta inicial, aplicada via *Google Forms* foi: O que é educação inclusiva para você? A apresentação da percepção do conceito de educação inclusiva dos profissionais da rede municipal destaca a preocupação e o conhecimento

prévio desses profissionais quando iniciado o Curso de Capacitação em Educação Inclusiva e Prática Pedagógica ofertada pelo município no ano de 2023.

Desenvolvimento

A concepção tanto da educação especial quanto da educação inclusiva consolidou-se ao longo da História, respaldada por movimentos sociais que ganharam força progressivamente ao longo dos anos (Picolini; Flores, 2020). A educação especial refere-se a uma modalidade de ensino da educação nacional que perpassa todas as etapas e níveis do sistema educacional brasileiro (Brasil, 1996). Já a perspectiva de trabalho por meio da educação inclusiva é o ensino cujo propósito fundamental é assegurar que todos tenham acesso à educação (Brasil, 1996). Essa abordagem fundamenta-se na premissa da igualdade de oportunidades e na valorização das diversidades humanas, abrangendo dimensões étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero, entre outras. Isso visa garantir acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem para todos, sem exceção.

Mantoan (2005) chama a atenção para a prática pedagógica da educação inclusiva. Essa deve ser ofertada na educação básica e ensino superior a partir de um conjunto de serviços e recursos especializados, cuja finalidade é complementar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com NEE, permanentes e/ou transitórias. A educação inclusiva visa, também, assegurar o desenvolvimento das particularidades sociopolíticas, psicológicas, criadoras e produtivas da PcD para uma formação cidadã. De modo que esse aluno obtenha uma aprendizagem significativa e consiga continuar os estudos e atuar no mundo e no mercado de trabalho. É necessário compreender que “as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo” e por, consequência, como compreendemos nós mesmos (Mantoan, 2003, p. 12).

As políticas de inclusão implicam na equidade das oportunidades e a inserção dos estudantes com NEE na escola regular, bem como sua participação adequada nas atividades escolares em conjunto aos demais estudantes. No âmbito educacional, o processo educativo é fundamentado por conceitos dos processos de ensino e aprendizagem, conhecimentos prévios dos estudantes e muita sensibilidade por parte do profissional para aliar a prática com a teoria pedagógica.

Em Iporá-GO, uma política pública que assegura os direitos dos estudantes com deficiência é a Diretriz Municipal de Educação Especial 2024-2028. Criada em 2020 pelas

integrantes da Sala Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, e aprovada pelo Conselho Municipal de Educação (CME). A Diretriz teve alterações significativas no decorrer dos anos, com inserção de itens para melhorar e amparar a prática nas unidades escolares garantindo que realmente a educação inclusiva seja aplicada.

O objetivo do Curso de Capacitação em Educação Inclusiva consiste em formar professores, coordenadores pedagógicos e gestores seguros das práticas profissionais que realizam. Esse curso será abordado nos resultados e discussão neste artigo na vertente que propõe Mantoan (2003), a escola e a sala de aula devem passar por uma transformação que priorize um ambiente educativo acolhedor, significativo e contextualizado. Para tanto, a organização e planejamento desse espaço é primordial. “O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença” (Mantoan, 2003, p. 20).

Ressalta-se que a inclusão escolar é uma prática que precisa se concretizar no dia-a-dia da sala de aula, nas propostas educativas e nas ações pedagógicas que são oportunizadas na vivência das unidades escolares. Para que essa prática se implante com sucesso no contexto escolar, é preciso repensar a estrutura educacional como um todo, revitalizando conceituações empregadas, estratégias/metodologias, modos de olhar para os estudantes, meios de compreendê-los e valorizá-los. Conforme Ferreira (2023, p. 106), a inclusão de PcD exige “mudanças no meio escolar, transformações pensadas com concretude, carinho e atenção, gerando adequações que oportunizem o acesso dos educandos à aprendizagem, mas que essas sejam possíveis de serem consolidadas.”

A concepção tanto da educação especial quanto da educação inclusiva consolidou-se ao longo da história, respaldadas por movimentos sociais que ganharam força progressivamente ao longo dos anos. Conceitua-se a educação especial como uma modalidade de ensino da educação nacional que perpassa todas as etapas e níveis do sistema educacional brasileiro, e a perspectiva de trabalho por meio da educação inclusiva é a prática que deve ser seguida atualmente (Brasil, 1996). A educação inclusiva representa uma abordagem contemporânea do ensino cujo propósito fundamental é assegurar que todos tenham acesso à educação. Essa abordagem fundamenta-se na premissa da igualdade de oportunidades e na valorização das diversidades humanas, abrangendo dimensões étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero, entre outras.

Mantoan, em 2005, comenta que “nossa convivência com as pessoas com deficiência nas escolas comuns é recente e gera ainda muita apreensão entre os que as compõem” (Mantoan,

2005, p. 27). De lá para cá, já se foram quase vinte anos e esse comentário segue atual. No entanto, legalmente, a educação inclusiva deve ser ofertada na educação básica e ensino superior a partir de um conjunto de serviços e recursos especializados, cuja finalidade é complementar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com NEE, permanentes e\ou transitórias, de maneira a assegurar o desenvolvimento de suas particularidades sociopolíticas, psicológicas, criadoras e produtivas para a sua formação cidadã.

Resultados e Discussão

A Tabela 01 está composta pelas palavras de maior frequência no *corpus* textual da pesquisa. A análise identifica os discursos que compartilham o mesmo vocabulário e os interpreta semanticamente. A frequência total (*F*) por palavras, vem comprovando as frequências das palavras citadas na evocação lexical livre por meio da pergunta inicial: O que é educação inclusiva para você?

Tabela 01- Frequência total (*F*) por palavras.

Palavras	<i>F</i>
Diferença	23
Educação	23
Respeitar	19
Valorizar	13
Amor	12
Oportunidade	11
Inclusivo	11
Igual	09
Direito	08
Aprendizagem	08
Incluir	07
Equidade	07
Aprender	07
Diversidade	06

Fonte: Dados organizados pelos próprios autores, através do *software* IRAMUTEQ.

A “Nuvem de Palavras”, também produzida pela frequência de palavras, possibilitou à análise do conteúdo temático, a inferência do conteúdo a partir da organização, codificação e categorização dos dados a partir das respostas dos participantes. A Figura 1 evidencia as

palavras mais mencionadas pelos cursistas. Ficam em relevo. Em primeiro plano, as palavras: respeitar, educação e diferença. São palavras significativas no contexto da educação inclusiva.

Figura 01- Nuvem de Palavras



Fonte: Dados organizado pelos autores, através do *software* IRAMUTEQ.

Das análises de similitude e nuvem de palavras, evidenciam-se as palavras valorizar ($F=13$), amor ($F=12$), oportunidade ($F=11$), inclusivo ($F=11$), igual ($F=09$), direito ($F=08$) e aprendizagem ($F=08$) como as palavras usadas com a maior frequência (F) no *corpus* textual, corroborando com as falas dos sujeitos que atuam na educação infantil de 0 a 3 anos (Suj_EI0A3), ou seja, nos Núcleos Infantis.

A aplicação da pergunta ao grupo de profissionais da rede municipal de educação do município de Iporá-GO levanta uma discussão entre paralelos de uma abordagem teórica e a prática realizada em sala de aula. Ao observar a Figura 01- Nuvem de Palavras e Figura 02- Análise de Similitude, interpreta-se que a concepção dos participantes está centrada nas palavras: educação ($F=23$), diferença ($F=23$) e respeitar ($F=19$) levando a definição de que a prática inclusiva dos professores é baseada na teoria defendida por Mantoan (2003) que afirma que inclusão é sair das escolas das diferentes e promover a escola das diferenças.

Os sujeitos 23 e 30 conceituaram educação inclusiva como: “Valorizar as diferenças e fazer com que os direitos e a aprendizagem para todas as pessoas com deficiência sejam garantidos sem preconceitos e de diferentes formas, dentro do limites de cada uma.” (Suj_23_EI0A3) e “É adaptar e assegurar condições de aprendizagem para todas as pessoas, sem preconceitos e de forma que valorize as diferenças” (Suj_30_EI0A3). Essas percepções vão ao encontro com as intervenções realizadas pela equipe de orientação da Sala Multiprofissional de Educação Especial. Observa-se que conceitos teóricos os profissionais da rede têm, no entanto a formação continuada com o Curso de Capacitação veio com o objetivo de que esses professores se orientassem na prática pedagógica por meio de conceitos já estabelecidos sobre a educação inclusiva.

É necessário dar sentido à formação continuada aos profissionais que participam dela, trazendo uma reflexão da sua prática reconstruindo conceitos. Sobre essa temática, Nóvoa (1992, p.24) argumenta que a

formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

As intervenções quanto à gestão escolar em uma visão estratégica são intervenções que devem ser levadas em consideração sistematicamente. O desenvolvimento pessoal do profissional e as atividades educativas devem ser articuladas à formação e aos projetos escolares. Assim, refletindo as ações pedagógicas em sala de aula, Nôvoa (1992, p.23) ainda advoga que “a formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma ‘nova’ profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional” no contexto escolar.

A ideia da Equipe Multiprofissional da Sala de Educação Especial foi de estruturar o Curso de Capacitação em Educação Inclusiva e da Prática Pedagógica, a partir de intervenções realizadas a partir da pesquisa aplicada e que contribuissem em uma mobilização do compartilhamento de experiências de uma dimensão pedagógica. Também, uma formação centrada na produção de saberes, compartilhando momentos com profissionais das equipes multiprofissionais que atendem os alunos da rede municipal de educação, estreitando laços com médicos, psicólogos e psicopedagogos contribuindo ainda mais para a prática pedagógica. Nôvoa (1992, p. 25) reitera que:

é importante a criação de redes de (auto)formação participada, que permitam compreender a globalidade do sujeito, assumindo a formação como um processo interativo e dinâmico. A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando.

A análise de similitude é um importante instrumento de análise de conteúdo e tem como objetivo representar os grafos do *corpus* textual. Observa-se, a partir da Árvore de Similitude logo abaixo, as percepções dos profissionais de educação da rede municipal de educação de Iporá-GO sobre a educação inclusiva. Também, na Figura 2, as palavras: respeitar, educação e diferença são os eixos centrais, dos quais outras se ramificam representando a complexidade da

dinâmica escolar no atendimento a todos estudantes a partir de uma educação inclusiva na escola regular. Mantoan (2003, p.38) advoga que “o sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno”. As ramificações da Figura 2 ilustram isso:

Figura 02- Análise de Similitude



Fonte: Dados organizado pelos autores, através do software IRAMUTEQ.

Essa Análise de Similitude traz a educação inclusiva interligada à palavra direito ($F=08$). Assim, observando a árvore logo acima, pode-se analisar a percepção dos profissionais entre o significado de educação inclusiva e a expectativa de uma prática pedagógica fundada pelas palavras: valorizar, respeitar, diferença, mas com conceitos como aprendizagem ($F=08$), acolhimento ($F=04$), aprender ($F=07$), adaptar ($F=04$), acesso ($F=03$), particularidade ($F=05$), conhecer ($F=04$), aspectos relevantes de uma prática pedagógica voltada e com objetivo central para o desenvolvimento da “aprendizagem do aluno com deficiência” corroborando com esses conceitos.

Destacam-se as respostas de alguns participantes da pesquisa com frases que exemplificam o que para eles é a educação inclusiva e direcionaram a análise de similitude logo acima, para a representação da Árvore de Similitude, portanto, as representações sociais da pesquisa. Seguem as respostas selecionadas:

- Suj_09_AEE conceitua que é “incluir todas as pessoas no sistema educacional oferecido a sociedade, valorizando e respeitando todas as diferenças”;
- Suj_12_AEE diz que é “respeitar e valorizar as diferenças, eliminando todas as barreiras que impedem as pessoas com deficiência de viver na sociedade com dignidade, é propiciar o “acesso às mesmas oportunidades” com equidade”;
- Suj_13_AEE destaca que é “garantir o direito de TODOS a educação, valorizar as diferenças, ter empatia e amor pela pessoa com deficiência”;
- Suj_18_GES, conceitua que é “dar oportunidade para que todos possam aprender, interagir e experimentar a vida em comunidade”;
- Conforme Suj_75_EF educação inclusiva é “garantir que todos os alunos independentes de suas particularidades tenham oportunidade de ser, fazer, conhecer e conviver”;
- O Suj_82_EF conceitua “a educação inclusiva é um processo contínuo que ocorre nos ambientes escolares que têm se transformado a cada dia o modo de ensino para melhor atender toda a sociedade”;
- O Suj_87_EF diz que “e Educação inclusiva é direito de todos, por meio de uma abordagem humanística. Em suas particularidades, diversidades, especificidades e equidade”.

A atuação do professor, direcionada aos alunos com NEE na escola regular, deve ser impregnada de respeito ($F=05$), empatia ($F=04$), amor ($F=12$), qualidade ($F=03$) e “principalmente, instituída a partir de conceitos de ressignificação e práticas educativas para uma atuação significativa no desenvolvimento do estudante” (Ferreira, 2023, p. 85). Portanto, é necessário estabelecer uma quebra de paradigmas em relação as ações pedagógicas, conceitos sobre educação deixando de lado a prática tradicionalista, devendo ser executadas práticas que são estabelecidas desde o início da vida escolar dos sujeitos, não trazendo restrições no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, pois os estudantes, independentemente de serem laudados ou não, se desenvolvem de formas diferentes.

Para que aconteça uma prática pedagógica inclusiva, a formação continuada é de fundamental importância. A elaboração do projeto de um produto educacional voltado para a capacitação se faz necessária, com encontros dedicados a assuntos pedagógicos e de inclusão, baseados também pela pesquisa apresentada da análise semântica do conceito de educação inclusiva e com abordagem dos temas de acordo com as demandas apresentadas pelas Escolas e Núcleos Infantis da rede municipal.

Ao final da formação continuada, destacam-se o desenvolvimento nas ações pedagógicas realizadas em sala de aula e o desenvolvimento do processo positivo de ensino e

aprendizagem a todos os estudantes atendidos pela Educação Inclusiva, desde a Educação Infantil, “Etapa de 0 a 3 anos, Pré-escolar (4 e 5 anos)” e Ensino Fundamental I (6 a 10 anos), em que a percepção dos profissionais envolvidos no processo deve ser sempre partindo das potencialidades dos indivíduos. O acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos participantes na escola vem sendo realizado pela coordenação da educação inclusiva da Secretaria Municipal de Iporá. O fundamento desse acompanhamento é o diálogo e troca de experiências e embasamento teórico.

No que se refere à formação inicial, conforme Assis (2018) é importante que as universidades contribuam aprimorando a formação dos futuros professores, de modo que aprendam a observar os alunos, ensinando-os a se relacionar com eles e com o mundo que os cercam, com a finalidade de que ambos sintam alegria por aprenderem juntos. E, principalmente, que o futuro professor deve cuidar da formação continuada de modo permanente, exigindo da instituição e políticas públicas condições para esse processo formativo ao longo da carreira, pois a educação inclusiva garante o acesso e a permanência de PCD na rede regular. “Entretanto, a escola de qualidade para todos ainda necessita ser construída” (Picolini; Flores, 2020, p. 214).

Como parte dos resultados, passamos a descrever o produto educacional.

Produto educacional: curso de capacitação em educação inclusiva e prática pedagógica

As vagas da formação continuada foram disponibilizadas considerando o momento da elaboração do projeto. Foram 120 (cento e vinte) vagas distribuídas entre: professores de apoio, intérprete de libras; professores do AEE; profissional de educação física; uma vaga para equipe gestora de cada Núcleo Infantil/Escola, podendo ser estes, coordenador geral, coordenador pedagógico, vice-diretor ou diretor escolar.

O curso apresentou como objetivo geral promover a formação continuada de professores de apoio e profissionais envolvidos no atendimento de estudantes com NEE, que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, dentro de uma visão global e interdisciplinar dos aspectos que permeiam a educação da criança e do adolescente, com o intuito de contribuir para a qualidade do ensino das unidades escolares de Iporá-GO. E, como objetivos específicos foram propostos:

- proporcionar que o educador agregasse conhecimento capaz de gerar transformação e impacto nos contextos profissional e escolar;

- auxiliar professores de apoio e profissionais que atuam no acompanhamento de estudantes com NEE a ponderar e melhorar todos os aspectos pedagógicos, propondo estratégias para sanar dificuldades e sugerindo mudanças significativas para toda a comunidade escolar;
- capacitar professores de apoio e profissionais envolvidos no acompanhamento de estudantes com NEE sobre a importância e práticas da educação especial e inclusiva.

A duração total do curso foi de 60 horas, com a realização de encontros mensais presenciais, com início no mês de abril do ano de 2023 até o mês de novembro do mesmo ano. Os encontros aconteceram às quartas-feiras, no miniauditório do Instituto Federal Goiano-Campus Iporá, das 18h às 21h30min com intervalo de 10 minutos. Essa carga horária foi distribuída em:

- 08 encontros com duração de 3 horas e 30 minutos presenciais com intervalo de 10 minutos, totalizando 28 horas;
- 01 Seminário com duração de 08 horas presenciais e 08h de preparação extraclasse, totalizando 16h; sendo divididas as apresentações em dois momentos;
- 02h de atividades extraclasse para cada Módulo, totalizando 16h.

Os cursistas participaram das atividades em sala e extraclasse. A correção das atividades foi realizada pelos formadores responsáveis pelo módulo. Os coordenadores dos módulos trabalharam de modo conjunto na organização do planejamento, realização e auxílio entre eles durante a execução dos módulos.

Os módulos foram desenvolvidos com base nos temas solicitados pelas unidades escolares do município e partindo do princípio da análise semântica sobre o entendimento do conceito em educação inclusiva dos participantes. Assim proporcionando uma abordagem de temas que abrangesse todos os assuntos de interesse dos professores e da equipe gestora. Trata-se, portanto, de uma formação continuada estruturada para englobar assuntos pedagógicos de inclusão, organizada na Tabela 2, da seguinte maneira:

Tabela 02- Cronograma de realização.

Módulo	Data	Tema
I	12/04/2023	“Educação Especial e Inclusiva: a arte de não deixar ninguém para trás”.
II	10/05/2023	Planejamento de professor regente e de apoio. Atividades flexibilizadas e adaptadas. Instrumentos avaliativos.
III	07/06/2023	Psicomotricidade, atividades lúdicas e práticas pedagógicas para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

IV	09/08/2023	Transtorno do Espectro Autista (T.E.A.).
V	23/08/2023	Deficiência Intelectual – leve, moderado, grave e profundo.
VI	13/09/2023	Transtorno do Déficit de Atenção (T.D.A.), Hiperatividade e Transtornos de Aprendizagem.
VII	04/10/2023	Aquisição de leitura e escrita.
VIII	18/10/2023	Ética no trabalho e indisciplina.
IX	08 e 22/11/2023	Seminários.

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Os módulos foram elaborados de tal maneira que estrutura deles pudesse auxiliar o trabalho de professores e gestores, na identificação e solução de problemas próprios do ambiente escolar. Foram desenvolvidas as seguintes atividades: organização de dados para a elaboração do projeto; aprovação e protocolo do projeto no CME; formação continuada de professores e gestores; elaboração de relatório final de curso para homologação pelo CME, sendo os coordenadores gerais do curso, os responsáveis para sistematizar frequência e nota; certificação aos cursistas com a carga horária de 60 horas.

Para a certificação, foram avaliados os cadernos que continham as atividades presenciais e extraclasse desenvolvidas pelos participantes durante os módulos, com a média equivalente ou superior a 7,0 (sete). Também ocorreram os seminários por unidade escolar. Para a frequência, os professores e gestores participantes tiveram no mínimo 85% de presença, sendo que cada módulo corresponde a 3 horas e 30 minutos com aproveitamento de 10% em 8 encontros e 20% nos Seminários, totalizando 100%. Caso o cursista não participasse do encontro presencial, poderia realizar atividade extraclasse. Vale ressaltar que o participante poderia faltar, no máximo, 1(um) módulo para ser certificado.

A codificação das respostas dos participantes considerou cada um como sujeito (Suj.) da pesquisa e acrescentou uma abreviatura da função que exerce na escola, da seguinte maneira: professor de AEE (Suj_AEE); Gestor (Suj_GES) e professor de ensino fundamental (Suj_EF).

Considerações finais

A escola aberta e dialogada com todos é a oportunidade para que sejam reescritas novas páginas na história do sistema educacional, referenciais de uma nova educação que contemple o diálogo, a compreensão sociocultural, a valorização humana e a aprendizagem de ensino significativo e de qualidade. Nesse âmbito, como consideração final é essencial que se olhe para à escola real e entreveja a oportunidade de, através dela, tornar a aprendizagem verdadeira para todos indistintamente (Ferreira, 2023, p. 107). Assim, a educação inclusiva implica a

transformação da cultura, das práticas e das políticas educacionais vigentes, visando garantir acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem para todos, sem exceção.

Ressalta-se que a inclusão escolar é uma prática que precisa se concretizar no dia-a-dia da sala de aula, nas propostas educativas e nas ações pedagógicas que são oportunizadas na vivência das unidades escolares. Para que essa prática se implante com sucesso no contexto escolar, é preciso da iminente requisição de se repensar a estrutura educacional como um todo, revitalizando conceituações empregadas, estratégias/metodologias criadas, maneiras de ensinar e aprender, modos de se olhar para os estudantes, meios de compreendê-los e valorizá-los. E de constituirmos como profissionais inclusivos.

Referências

ASSIS, Orly Zucatto Mantovani de (org.). Apresentação. In: ASSIS, Orly Zucatto Mantovani de (org.). **A educação do século XXI à luz do construtivismo Piagetiano**, 2018. Disponível em: fe.unicamp.br/eventos/educacaolpg2017/arquivo/livro.pdf. Acesso em 10 de jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC: SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**: avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. Brasília: 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em fev. de 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME). **Resolução Nº 001, de 22 de agosto de 2007**. Da autorização e reconhecimento de cursos de capacitação de profissionais da educação do Sistema Municipal de Ensino.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva** / Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

FERREIRA, Ana Paula. **Avaliação e prática pedagógica inclusiva:** percepções dos professores da Rede Municipal de Educação de Iporá-GO. 2023. 126 p. Dissertação (Mestrado em Gestão, Educação e Tecnologia- PPGET). Universidade Estadual de Goiás, Luziânia, 2023.

JUSBRASIL. **Discriminações negativas.** Disponível em:
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/discriminacoes-negativas-deformaamericanasrelacoesdetrabalho/236946324#:~:text=A%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20positiva%20representa%20mecanismo,dos%20mesmos%20direitos%20e%20obriga%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em 10 abr. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A hora da virada. **Inclusão: Revista da educação especial.** Brasília, p. 24-28, out./2005.

NÓVOA, António (coord.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5. pp. 13-33. Disponível em:
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em 15 jul. 2024.

PICOLINI, Beatriz Ribeiro Aleluia; FLORES, Maria Marta Lopes. Trajetória da Educação especial no Brasil: Marcos históricos e políticas relevantes. **Mediação.** Pires do Rio-GO, v.15, n.1. p.206-214, jan./jun. 2020.

Submissão: 26/09/2024. **Aprovação:** 01/08/2025. **Publicação:** 29/08/2025.